

O conjunto monástico de S. Bento de Cástris e o cumprimento do paradigma cisterciense: a escolha do *locus* e as imposições da clausura estrita

Antónia Fialho Conde

Departamento de História da Universidade de Évora
CIDEHUS/HERCULES

O presente texto resulta do trabalho desenvolvido como Investigadora Responsável do Projecto FCT EXPL/EPH-PAT/2253/2013, Projecto ORFEUS - *A Reforma tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris*, projecto financiado FCT com co-financiamento comunitário, através do COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade, do QREN e da União Europeia (FEDER).

RESUMO

Durante a medievalidade, a urbe eborense viu surgir dentro da *cerca nova ou fernandina* espaços conventuais que acompanharam a afirmação das ordens mendicantes, bem como uma acentuada proliferação de opções de vida cenobítica (masculina e feminina) a partir de finais do século XV; porém, o espaço fora das muralhas não deixou de ser opção, até como forma de um retiro mais integral. Definem-se zonas preferenciais para instalação dessas Casas, entre as zonas Oeste e Norte da cidade, como foram os casos do mosteiro de S. Bento de Cástris (feminino) e dos conventos da Cartuxa e do Espinheiro, instalando-se ainda alguns em espaço peri-urbano.

Para os mosteiros cistercienses, sabemos da tipologia dos sítios propícios à sua instalação, e que pode ser orientada segundo três grandes linhas: a relação do sítio com o poder eclesiástico e civil; a sua proximidade em relação a grandes vias de ligação, e a topografia e hidrografia dos sítios. Neste contexto, o grupo de mulheres devotas que originaria a comunidade organizada de S. Bento de Cástris concebeu uma pré-instalação junto dos muros do burgo (século XII), e, cumprindo as exigências de Cister e da afiliação a Alcobaca, afastou-se da cidade e instalou-se num início de vale orientado a sul onde a captação de água estava assegurada, junto à antiga ermida de S. Bento. A organização

do espaço edificado do mosteiro foi amplamente influenciada pelas imposições pós-tridentinas de clausura estrita, definindo espaços de acesso e de restrição à comunidade religiosa, tanto a nível dos espaços edificados como dos não edificados, sendo estes considerados espelho da clausura.

PALAVRAS-CHAVE

S. Bento de Cástris, Monaquismo feminino, período moderno, Ordem de Cister.

ABSTRACT

During Middle Age, the city of Évora saw emerge within new defensive walls: conventual spaces that accompanied the establishment of the mendicant orders, as well as a marked proliferation of coenobitic life choices (male and female) from the late fifteenth century; however, the space outside the walls was also an option, even as a way to a more full retreat. We can define preferred areas for installation of these houses out of the city between the West and North zones, as were the cases of the monastery of St. Benedict of Castris (female) and the convents of the Cartuxa and Espinheiro, settling still some in peri-urban space.

For the Cistercian monasteries, we know the type of adequate sites for their installation, and can be oriented along three main lines: the place's relationship with the ecclesiastical and civil authorities; its proximity to major link roads, and the topography and hydrography of the sites. In this context, the group of devout women who originate the organized community of St. Benedict of Castris met a pre-installation near the town walls (twelfth century), and, fulfilling the requirements of Cistercian Order and the affiliation in Alcoçaba, moved away city walls and settled in the slope south facing, where the water collection was assured, near the old chapel of St. Benedict. The organization of the built space of the monastery was largely influenced by post-Tridentine imposition of strict enclosure, defining spaces of access and restriction to the religious community, both within the built spaces as in the unbuilt, considerate as mirror of cloistered life.

KEYWORDS

St. Benedict of Cástris, female monasticism, modern period, Cistercian Order.

O MOSTEIRO DE S. BENTO DE CÁSTRIS ENQUANTO CONSTRUÇÃO CISTERCIENSE

A região de Évora, desde cedo, foi atractiva para refúgio eremítico, onde o misticismo dos sítios era repartido com estratégicos castelos e/ou atalaias que asseguravam a defesa da cidade e dos seus arredores. Desta última realidade não se deve dissociar a sua condição de zona fronteiriça, pois só em 1165 aconteceu a conquista cristã definitiva da cidade. A localização da urbe a sul do território foi fundamental para se afirmar em termos estratégicos, numa envolvente propiciada pelas serras de Monfurado e Montemuro, também locais escolhidos desde cedo para afastamento do mundo.

Évora viu nascer, dentro da cerca medieva, espaços conventuais que acompanharam tanto a afirmação das ordens mendicantes, nos séculos XII e XIII, como uma profusão de novas escolhas de vida em

comum a partir de finais do século XV, prolongando-se pelos dois séculos seguintes: os conventos de Santa Mónica, Santa Clara, Santa Catarina de Sena, Salvador, Santa Helena do Calvário, Paraíso, S. José, todos femininos; as Mercês, o Carmo, S. Paulo, os Remédios, este junto à cerca, mas no seu exterior, masculinos, e que se juntavam aos ducentistas franciscano e dominicano. Fora da cerca, em espaços periurbano e rural, apenas um feminino, S. Bento de Cástris, a que se juntaram mais tarde os conventos do Espinheiro e as comunidades de Valverde, da Cartuxa, de Santo António e de Santa Margarida. Definem-se, extramuros, zonas preferenciais, entre as vias de Lisboa e de Arraiolos, a Zona Oeste da cidade, as vias de Arraiolos e Estremoz, Zona Norte da cidade, distando da cidade cerca e 1,5 a 2,5 Km, excepção feita a Valverde, a cerca e 10Km.

No caso da Ordem de Cister, assentemos que a escolha para a implantação dos mosteiros, enquanto espaços de clausura e de acordo com os preceitos bernardinos, preferia zonas de vales ou depressões verdejantes, junto a cursos de água, locais sinónimos também de vida mística, o que, no caso português, foi mais claramente cumprido na região entre os rios Tejo e Mondego.

O mosteiro cisterciense de Évora, feminino, localiza-se no início de um vale orientado a sul, em que as condições orográficas acabam por delimitar uma bacia hidrográfica, servindo as elevações a norte, noroeste e oeste para proteger o edifício dos ventos. A escolha deste sítio para implantação bernardina significou claramente, enquanto comunidade cisterciense reconhecida pela Ordem, o afastamento do mundo, considerando o local primacial de instalação das *emparedadas* que estiveram na origem do cenóbio junto à então existente ermida da Vera Cruz, às portas da Lagoa. Esta opção de afastamento do *século*, no caso das comunidades cistercienses, tem presente a ideia de *desertum*, recomendada por Bernardo de Claraval. A comunidade inicial de *recolhidas* ou *encelladas* que originaria o mosteiro de S. Bento de Cástris terá sido fundada em 1169 por Urraca Ximenes, considerada ainda como fundadora do cenóbio no século XIX por monges alcobacenses, pois só em 1275 Domingas Soeira viria a obter a reforma regular da comunidade. Em 1278, o Sumo Pontífice confirmou a sua instituição, impondo-lhe a *Regra* beneditina, sob obediência e afiliação da abadia cisterciense masculina mais próxima, Alcobaça.

Em Portugal, a maioria das comunidades cistercienses femininas estabeleceu-se em zonas férteis, planas ou de encosta, junto das populações ou próximas de eixos viários, numa arquitectura em que a igreja dominava o todo conventual; em termos de espaço construído, o mosteiro de S. Bento de Cástris é comparado por Virgolino Ferreira Jorge, em termos da escolha do *locus*, com as comunidades cistercienses femininas de Odivelas, Tavira, Portalegre, Mocambo, Xabregas e Celas (JORGE 1999: 856). Segundo o mesmo Autor, apenas os mosteiros de Lorvão e Tabosa, devido à sua situação isolada, permitiam o recolhimento e austeridade exigidos na *Regra*. Afastando-se da cidade, a comunidade cisterciense de Évora dedicou a sua igreja à Virgem Maria, consagrada em 1328 e erguida sobre a antiga ermida que o bispo D. Soeiro dedicara a S. Bento.

A ESCOLHA DO LOCUS E O IDEÁRIO DE *HORTUS CONCLUSUS*

A tipologia dos sítios propícios à instalação de mosteiros cistercienses, masculinos ou femininos, pode ser orientada segundo três grandes linhas: a relação do sítio com o poder eclesiástico e civil; a sua proximidade em relação a grandes vias de ligação; a topografia e hidrografia dos sítios. As matérias, em relação à primitiva escolha dos sítios e à sua poética, enquanto resposta à dualidade caos/cosmos, ao ideário de *paradisus claustralis* como paradigma de cidade ideal baseada na lógica da quadratura, referência máxima do espaço construído cisterciense e ao próprio simbolismo da entrada da luz em espaço monacal, foram já bem estudadas por Juan Maria de La Torre (1998: 1635-1670). Em relação à primeira questão, reforçemos a ideia de que as escolhas dos sítios procuram ter em atenção os limites das paróquias, situando-se as fundações em locais que não molestassem as autoridades eclesiásticas seculares paroquiais ou mesmo diocesanas; o caso do limite das paróquias, rurais ou urbanas, no Alentejo medieval, bem como no resto do país, não é uma questão pacífica.

Quanto à sociedade civil, se as fundações estavam relacionadas a determinadas famílias, e se a elas deviam muito do temporal, normalmente, fixavam-se em locais próximos à sua área de domínio. Tal não foi o caso de Cástris, pois apesar da etimologia, não se encontra ligado a nenhum castelo nobre, antes a um ponto estratégico de defesa da cidade. Para Gabriel Pereira, podem encontrar-se ainda outros termos derivados de *castro*, como *castril*, forma diminutiva do termo anterior, que parece ser também o caso de *castris*, no sentido de acampamento militar romano. Na documentação medieval, surge para a designação deste sítio extra-muros da cidade, como aquele em que se localizava o mosteiro das donas de *Crastris* ou *Clastris/Clastes*.

Observando mais em detalhe a questão da água, cabe sublinhar que a autonomia das cidades era também assegurada pelo acesso à água. No caso de Évora, o Aqueduto da Água de Prata foi fundamental para isso, estruturando-se sobre uma anterior estrutura romana com características idênticas, embora de extensão distinta. Análises recentes, ao nível da arquitectura e da arqueologia, firmam esta ligação ancestral, ao lado de diversas referências documentais à Rua do Cano, aos canos, à fonte da água da prata, às minas e aos arcos do Divor (BILOU 2010). Houve porém a necessidade de regar, por escrito, não só o acesso e o uso da água como o que deveria ser feito para que ela chegasse à cidade em boas condições para ser consumida. Daí a preocupação de Filipe II, segundo o qual, devido ao desaparecimento do antigo *Regimento*, era urgente redigir-se um novo, o que se efectivaria em 1606, retomando e reforçando medidas dos reinados anteriores. e acrescentando outras.

Quanto a Cástris, e apesar de não existir um curso permanente de água que passasse na cerca do mosteiro, as condições geológicas do sítio em que o mosteiro se instalou propiciavam a captação de água, recorrendo a poços e cisternas, servindo as necessidades do mosteiro tanto ao nível da rega como para uso directo. A partir de meados do século XVI, o mosteiro passou a poder contar com um anel de água do aqueduto, privilégio concedido por D. João III, tal como ocorria nas outras instituições similares extra e intramuros do burgo eborense. Quando o mosteiro conheceu a campanha de obras na década de oitenta do século XVIII, reinstalando-se a comunidade vinda de Odivelas, também se

concertou a fonte abastecida pelo aqueduto entre setembro e dezembro de 1788 (Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXXII/1-15, Fl. 61v). No mosteiro, são localizáveis duas redes de captação de água distintas. Uma, a norte da cerca das monjas, mas circunscrita na cerca maior, com origem numa mina de água, compreendia várias caixas de visita ou de mudança de direcção, abastecendo algumas fontes e tanques. A outra rede, também na cerca grande, inicia-se na meia encosta poente, é a mãe-d'água referida na documentação e que, também através de caixas de visita, poços e vasos comunicantes, aproveita a gravidade, ao mesmo tempo que acaba por demonstrar alguns conhecimentos a nível da hidráulica (Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXXII/1-14, fl. 23). Esta rede acabava por fornecer duas fontes na cerca, tanques no pátio do mosteiro, lavatórios do claustro e fontes no primeiro piso do edifício. Dois poços, um no jardim do claustro e outro a norte do edifício, e uma cisterna, dentro da cozinha, completavam o sistema de distribuição de água. Todos estes pontos de fornecimento de água foram objecto de consertos constantes ao longo da história do mosteiro, particularmente os canos do claustro.

Quanto aos efluentes, subsistem ainda restos de antigas caleiras, adoçadas à construção no ângulo sul-sudeste do claustro e a norte do edifício, entre o lanço norte e a enfermaria, servindo tanto para drenar as águas superficiais como os pontos de água, protegendo as fundações. Deve supor-se também um sistema de túneis, para escoamento dos efluentes, bem como o uso da linha de água mais próxima do mosteiro, a sul.

O mosteiro tinha ainda oficinas e oficiais que exigiam a presença de água: é o caso do lagar, mas também do atafoneiro, e do curtidor. Porém, a relação do mosteiro com as questões relativas à gestão da água ultrapassavam os muros da clausura. Não esqueçamos que a exploração de hortas, pomares e quintas assegurava a variedade alimentar das comunidades religiosas, daí a sua presença constante ao longo da história destas instituições. Albert Silbert destaca a existência de hortas como fazendo parte integrante de uma quinta pertencendo a grandes proprietários, nomeadamente conventos, de que o mosteiro de S. Bento de Cástris é exemplo desde finais do século XIV. As propriedades eram arrendadas, surgindo, no caso das quintas, o *quintaneiro*. E em alguns contratos podemos apreciar o rigorismo exigido pelas religiosas na exploração do espaço fundiário, pois os foreiros, além de escavarem, podarem e cavarem a dita quinta, deviam ainda cuidar das árvores e dos vários espaços de acordo com as respectivas funções (Biblioteca Pública de Évora, Livro 20 Fundo S. Bento, Doc. 87, Fls. 1v, 2). Temos ainda o caso dos pomares, também eles essenciais na economia monástica e desde cedo presentes na documentação. Um dos pomares do mosteiro tinha três casas de morada, contando com 24 ou 25 figueiras, 6 macieiras, 6 romeiras ou *romaneiras* e 6 ameixeiras.

O mosteiro matinha relação com a cidade e com o seu território, organizando os seus espaços de acordo com os espaços periurbanos. Évora tinha hortas com presença mais intensa junto das muralhas, sendo que antes das propriedades de grande extensão, existia ainda a área das quintas, depois a dos quartéis ou courelas, zona que podemos considerar de distância intermediária em relação ao burgo. Na descrição da cidade de Évora de 1593 de Diogo Mendes de Vasconcelos, cónego e inquisidor em Évora, é sublinhada a existência de cerca de 100 hortas (referenciadas algumas já nos *Costumes de Évora* de 1264) perto das muralhas de Évora, onde residiam alguns hortelões, sendo que até uma

distância de seis mil passos (c. de 5 km, considerando 1 passo igual a 82 cm) a elas se juntavam quintas e casas de campo; era também até sensivelmente metade desta área que se situavam as zonas de implantação dos mosteiros de Cástris, da Cartuxa e do Espinho. Em meados do século XIX surgem referenciadas para efeitos fiscais na região de Évora 40 hortas e 470 quintas, além das 163 courelas, 442 ferragiais, 25 olivais, 468 quartéis e 7 tapadas (MONIZ 1995). No contexto do século XVII a questão da água acaba também por estar subjacente em alguns *Tratados de Clausura* que surgiram após o Concílio de Trento, extremamente cuidadosos na medição exacta dos espaços de relação e de abertura do mosteiro com o exterior. F. Florent Boulanger aconselhava qual o número ideal de portas para o exterior que um mosteiro deveria ter e qual a distância entre umas e outras; o número de palatários; as grelhas, duplas ou triplas, que deviam existir na enfermaria, grade e coro (BOULANGER 1629 e THIERS 1681). Porém, não esquece os espaços não edificados, porque também eles eram espelho de clausura. Não deveriam os espaços ajardinados ser muito extensos, de maneira a que as religiosas conversas os não pudessem limpar, pois isso implicaria a entrada de estranhos para aí trabalhar; assim, não deveria haver espaço para vinha ou prado para pastos, pois desde Gregório XIII que a entrada de vacas, bois, asnos, cães, jumentos, era proibida, visto que implicava alimentá-los. Também não deveria haver espaço para grandes árvores, necessitando de jardineiros, e que impediam visão completa do espaço, bem como latadas ou plantas contra os muros, que possibilitassem invasão desse espaço. São aconselhadas as árvores de fruto, afastadas cerca de dez *Pieds du Roi* dos muros: considerando a sua equivalência a 0,32484m, temos que o afastamento das árvores deveria ser, em relação aos muros, de cerca de 3,24 metros. Como aconselhava S. Carlos, deviam existir árvores medicinais, legumes e flores, estas para a Igreja. As entradas de água e o seu percurso no espaço-cerca também deveriam ser vigiados, com aplicação de grelhas; passando um ribeiro ou canal de água, teria que ser feita uma cobertura de grossas pedras, ou forte abóbada, com cerca de 6 côvados, cujo acesso seria marcado por grelha de ferro. A altura média dos muros da cerca devia ser de c. 6,98 metros. Vemos, pois, desenhar-se um espaço cercado, isolado, de clausura, de natureza física ou espiritual, sem ligações com o exterior.

Devemos entender a *clausura* como o espaço designado pelos Superiores onde podiam ir ordinariamente as religiosas e não as pessoas externas ao mosteiro. As portas e os muros da clausura eram o seu limite material, pertencendo aos mesmos Superiores regulares tanto executar e manter a ordem de clausura como conceder licenças, por escrito, para saídas desse mesmo espaço. A sua fundamentação é encontrada não só nos textos do Antigo e Novo Testamentos, como no próprio pensamento do Santo fundador da Ordem. Ela significa desapego do mundo material, do relaxamento e do tédio; uma fidelidade à virgindade que juraram ao divino esposo. A saída da clausura é uma violência para a verdadeira religiosa, pois, no dizer de S. Bernardo (*Epíst.* 523), o Claustro é comparável ao Paraíso, embora terrestre, nada sendo mais contrário ao espírito da vida religiosa, na opinião do mesmo Patriarca, que a violação da clausura.

A Igreja, o locutório e a sacristia não são considerados espaços de clausura, logo as monjas não poderiam aceder a eles sozinhas ou em qualquer altura. De facto, eram espaços também frequentados por seculares. Para a observação da clausura era também considerada a situação dos coros, sendo

apontadas algumas soluções, como encostados ao altar-mor, ou elevados em tribuna, ao fundo das Igrejas. Era desaconselhada a solução de os colocar entre o altar e a nave, com muros à volta mas com uma grande janela, donde o altar era avistado, pois permitia que as religiosas fossem vistas do exterior. Notemos que a 25ª Sessão do Concílio de Trento, com base na necessidade do cumprimento da clausura, recomendava que, como os mosteiros de religiosas situados fora das povoações estavam mais sujeitos a pilhagens e outros crimes, os Bispos e outros Superiores dessas comunidades deviam transferi-las para outros mosteiros situados nas cidades e burgos.

ARQUITECTURA *VERSUS* CLAUSURA EM S. BENTO DE CÁSTRIS

Aquando da aplicação dos princípios da Ordem em território português, a questão da clausura é sobejamente abordada, interessando-nos objectivá-la em termos de disposição arquitectónica. De uma forma sucinta, diremos que nos mosteiros distinguimos três anéis concêntricos, com diâmetros cada vez menores, que os isolam do mundo exterior, marcando também o seu espaço de defesa espiritual: a cerca, o espaço de clausura e o espaço da igreja. Em termos construtivos, sabemos das exigências de S. Bernardo, com fundamentação ascética, reagindo ao embelezamento excessivo de igrejas e mosteiros cluniacenses ducentistas, apostando num tipo de construções simples, limitadas ao essencial, sem adornos, embora sem um programa construtivo definido. O uso dos espaços viria a ser alvo, já com a Congregação Autónoma de Alcobaça, de muitas determinações vindas dos Capítulos e Juntas da Congregação e verificações, durante as Visitas aos cenóbios, criando espaços cercados, isolados, de clausura, de natureza física ou espiritual, sem ligações com o exterior. Os espaços interiores dos mosteiros, como a sala do Capítulo, estavam vedados a estranhos e aí só pregavam visitantes, bispos ou legados papais.

Em S. Bento de Cástris, um conjunto com mais de sete séculos de história, implicando diversas campanhas de obras e intervenções e adaptações arquitectónicas estruturais, não é fácil a localização das diversas dependências conventuais. Instalado em espaço peri-urbano, este mosteiro não conheceu as limitações de alguns congéneres: fora do burgo, não se sujeitou à expansão de edifícios contíguos ou à abertura de novas vias, nem a edifícios primitivos dentro da própria cidade que limitassem a sua evolução. Pensemos no caso dos mosteiros instalados primitivamente em casas dos patronos fundadores, que desconheciam quase por completo a tipologia cisterciense típica. S. Bento de Cástris esteve, pois, em condições de seguir, à sua medida e de acordo com as características físicas do sítio, os preceitos bernardinos.

Característica marcante dos mosteiros femininos, claramente presente no mosteiro de S. Bento de Cástris, é a da separação física entre as monjas e a cleresia. De facto, os monges da Ordem que serviam o mosteiro – Confessor, Capelão e Feitor – habitavam em edifício independente.

Quanto ao espaço-cerca, o mosteiro apresenta três cercas: a dos religiosos, junto à capelania e composta de horta e vinhedo; a cerca de fora, e a cerca de dentro, pequena, frequentada pelas religiosas, e que estava situada entre o lanço exterior norte do claustro e a enfermaria. As religiosas tinham acesso à chamada *cerca de fora*, onde se localizava uma capela, fontes de fresco e a mãe-d'água, e que era

cultivada, normalmente com vinha, oliveira e árvores de fruto. Na década de oitenta do século XVIII foi construída a “Rua Nova”, constituída por 37 pilastras que se levantaram, bem como de assentos e encostos ao longo dessa rua (Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXXII/2-49, fl. 183).

No que respeita ao Claustro, nas *Visitações* insiste-se na exclusividade da frequência do mesmo pelas monjas, por exemplo em 1767:

“O Claustro aonde o Nosso Iluminado Patriarcha quis sempre enterrados os Professos da sua Regra, para não sahirem das officinas das virtudes, passou a ser para as Religiozas principalmente depois dos Capitulos da Reformação do Sacro Santo Consilio de Trento o vedado jardim de que o Espirito Santo já tinha outra ves fallado antigamente nas Escrituras, no qual a Igreja tanto mais difficulta o ingresso de pessoas estranhas” (Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXXI/2-22, fl. 10, *Visita ao mosteiro de S. Bento de Cástris*, 1767).

Esta referência, reiterada aqui na década de sessenta de Setecentos, define magistralmente as funções do claustro nos mosteiros cistercienses, particularmente depois de Trento. Porém, a ideia veiculada de *vedado jardim* nem sempre foi observada no mosteiro em estudo, como fica demonstrado nos textos produzidos depois de algumas visitas à comunidade.

O claustro, na arquitectura cisterciense, é o ponto de referência urbanístico e o elemento de proporção de todo o complexo monacal. Era um elemento fundamental na vida dos conventos, havendo dentro dos claustros espaços ajardinados, com um poço ou fonte centrais, propiciando a meditação e a contemplação. Espaços interiorizados, cheios de carga simbólica, locais de paz e contemplação, onde as árvores de fruto, as plantas aromáticas, ornamentais e medicinais, e os pequenos canteiros regulares deviam ser alegorias ao próprio espaço sagrado. Além de locais de passagem, os claustros deviam também saber aliar, de acordo com os ideais cistercienses, a simplicidade, a singeleza, tão sublinhada por Guillaume de Saint-Thierry, a funcionalidade. Era em torno dele, também no caso de S. Bento de Cástris, que as várias dependências se acomodavam, sempre pela mesma ordem e com as mesmas proporções relativas: a igreja, encostada a uma das galerias, orientada no sentido nascente/poente; a ala das religiosas conversas, com refeitório, dormitório e capítulo, oposta à das religiosas (em Cástris, as conversas ocupavam a ala poente); oposto à igreja, ficava o refeitório das monjas, ligado à sua ala pelo calefactório e à ala das conversas pela cozinha, e ainda uma passagem para a cerca. Na ala poente, ficava a sala do Capítulo, a escada para o dormitório, no primeiro piso, e a sala das monjas. Numa das alas do Claustro, no caso de Cástris a ala Nascente, situava-se a Sala do Capítulo, que estava reservada para actividades litúrgicas, comemorativas, disciplinares e educativas, podendo também aí ocorrer negócios do mosteiro, como contratos de dote, embora bastante raros. Todas as manhãs existia Capítulo para as professoras. Uma leitora lia do púlpito o *Martirologio*, seguia-se da prece matinal ou *Preciosa*, e finalmente um capítulo da *Regra*.

Cumprido o mosteiro de S. Bento de Cástris uma das regras básicas acerca do espaço físico dos Dormitórios: deveriam ter duas escadas, uma de acesso ao Claustro, e outra de ligação à Igreja, para os Ofícios, quando a Sacristã acordasse a comunidade, à noite.

Uma palavra também para a Casa Abacial, que sofreu, em termos do contexto de Cister, uma assinalável evolução, também registada no mosteiro de S. Bento de Cástris. Nos inícios da Ordem, o Abade dormia no Dormitório comum e chamava para a sua mesa os hóspedes, ou, na ausência destes, pelo menos dois monges. Ao longo da Idade Média, o Abade deixou o Dormitório e passou a usar um quarto individual próximo dele; depois, as instalações passaram a constar de quarto particular, sala de recepção, quarto de hóspedes e latrinas ou ainda capela, cozinha, reservas e despensa, acabando por ocupar uma estrutura distinta, construída de raiz ou adaptada: trata-se da casa do Abade, ou da Abadessa, no caso do mosteiro das bernardas de Évora.

O uso do dormitório comum exigido pela *Regra* nem sempre era respeitado, assistindo-se, em S. Bento de Cástris, a uma profusão de casas particulares em especial no segundo piso do claustro. Os leitos eram distribuídos às religiosas pelo seu grau e antiguidade, segundo as normas dos Capítulos gerais, não podendo as criadas dormir nos dormitórios com religiosas; algumas exceções havia, nomeadamente no caso de servirem uma religiosa doente. É bastante curiosa a referência, na visita de 1719, de que os leitos se deviam atribuir às religiosas conforme a sua ancianidade, sem usar de *epikeia* alguma; tenhamos presente que o direito de *epikeia* evocava precisamente que não devia ser admitida qualquer exceção, ainda que o legislador não tivesse sido suficientemente claro na lei.

Foram constantes os apelos neste mosteiro, ao longo do século XVII, para o uso do Refeitório enquanto espaço comunitário. As religiosas foram chamadas em maior número, de molde a formar comunidade. Em 1681, essa exigência era bem clara: pelo menos seis religiosas de cada Coro aí deviam assistir, o que revela a fraca frequência do mesmo. Essa exigência manteve-se e, em 1704, foi exigida pelas Leis da visita a presença de pelo menos doze ou quinze religiosas no Refeitório, devendo ainda ler-se à mesa.

Em relação aos espaços primordialmente espirituais, a igreja deste mosteiro cumpre o programa cisterciense de porta lateral aberta à população. No que respeita à tipologia do templo, centro da vida espiritual da comunidade, e juntamente com a igreja do mosteiro das monjas bernardas de Portalegre, aquele e esta “configuram um formulário de persistência tardo-medieval, com planta cruciforme, orientada para nascente, formada por cabeceira, transepto saliente mas de braços estreitos e corpo longitudinal de nave única. (...)” (JORGE 1999: 856). Estamos perante o segundo grupo de igrejas identificadas pelo Autor, num conjunto de cinco por si apontadas. A igreja de Cástris, com abóbada de nervuras, apresenta cabeceira com uma só capela, e, tal como na igreja das bernardas de Portalegre, apenas um terço da profundidade das naves estava reservado aos leigos. No seu interior, e obedecendo ao modelo cisterciense clássico, o Coro de S. Bento de Cástris ocupava, antes das intervenções manuelinas na década de vinte do século XVI, o espaço que é hoje o do terceiro e último tramo da nave da igreja, com características de duplo Coro. A partir desta campanha de obras, passou a ser ocupada, com funções de Coro, apenas a parte de cima, surgindo um novo Coro para as monjas junto ao altar-mor. A sua comunicação com a estrutura do mosteiro foi resolvida com a abertura do muro oriental da antiga sala do capítulo, entre 1589 e 1592, ficando com um arco de 3,10 metros, sendo construído nova sala do capítulo paralela à anterior, também manuelina e de colunata toscana.

Citemos ainda o espaço do cemitério, normalmente contíguo à Igreja, oposto ao Claustro, muitas vezes com divisões que correspondiam à hierarquia interna dos mosteiros. No caso de S. Bento de Cástris, temos sepulturas de Abadessas na Sala do Capítulo e no Claustro, onde também encontramos uma grande laje de mármore que pode ser o chamado *carnerium* das monjas, bem como sepulturas de Confessores do mosteiro na galilé que antecede a Igreja.

As grades existiam na portaria, na sacristia e nos coros. Eram um meio privilegiado de contacto com o mundo exterior e de grande responsabilidade para a prelada. Deviam fechar às Ave-marias, e os ofícios associados à sua guarda, os de gradeira e porteira, eram ocupados apenas por religiosas anciãs, e que merecessem a confiança da abadessa. Nem sempre as religiosas se deslocavam às grades, pelo que existiam moças de recados, leigas, que viam os seus trajés, compostura e comportamento ser também controlados. Quando viessem hóspedes ou parentes das religiosas, em especial pais e irmãos, as grades deviam ser desimpedidas. As grades pequenas, na portaria, eram reservadas para as mães ou para o ensino do canto de órgão.

Assim, existiam na portaria três espaços que propiciavam o contacto com o exterior: as grades pequenas, o ralo e a roda, só podendo estes últimos ser usados se as grades estivessem ocupadas. O postigo existente na portaria deveria ser apenas usado para passar algo que não coubesse na roda, devendo as porteirosas controlar o tempo de uso da roda e do ralo da portaria para passar recados, para não dar azo a diálogos.

As grades da Sacristia e dos Coros não podiam ser usadas para falar com alguém do exterior, excepto se fossem usadas pela abadessa ou pela madre sacristã, e em negócio tocante à obrigação do seu ofício. Quanto à abertura à comunidade secular em geral, a Junta de 1732 determinou que, a exemplo dos bispos que ordenavam que as portas das igrejas não se abrissem antes do nascer do sol nem se fechassem depois dele se pôr, a mesma prática devia ser seguida nos mosteiros cistercienses portugueses. Ainda em 1752 se verificava, segundo a Junta desse ano, que, a pretexto das confissões, muitas igrejas ficavam com portas abertas até tarde, daí que tivesse sido reforçada a ideia de que, no Verão, o fecho seria às Ave-Marias, e, no Inverno, às sete horas da noite, como era uso.

A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO EDIFICADO

Obedecendo à harmonia bernardina típica, o conjunto desenvolve-se à volta do claustro trapezoidal de dois pisos, que cumpre a sua função de elemento central e aglutinador, como apontámos. É um conjunto que revela o particularismo arquitectónico alentejano, com hibridismo de vocabulários artísticos e influências várias, mediterrânicas, mudéjares, do gótico final, procurando a simbiose com as exigências da Ordem. Subsistem vestígios góticos na ala nascente, sendo vastas as obras do século XVI, prosseguindo nos abadessados trienais, que se espelham nos capitéis armoreados, renovando a arquitectura de Cástris. As intervenções no século XVII compreenderam obras estruturais: nova sala do Capítulo, construção de dormitórios novos, renovação da enfermaria e hospedaria, e que marcaram presença a nível dos frescos. No século XVIII, o conjunto conheceu vasta intervenção, especialmente depois do regresso das religiosas de Odivelas, destacando-se a campanha artística azulejar.

Interessantes testemunhos góticos subsistem, particularmente os da ala nascente do Claustro, onde se localiza a primitiva Sala do Capítulo, Claustro que também neste conjunto arquitectónico alia a funcionalidade à simplicidade, apelando à contemplação e à meditação.

As vastas obras do século XVI (1520) iniciaram-se no reinado de D. Manuel, tendo prosseguido nos reinados seguintes toda uma renovação arquitectónica renascentista que ficou bem expressa em S. Bento de Cástris. Esta intervenção localizou-se apenas, de acordo com o contrato, no Claustro; desta forma, o mosteiro, cerca de dez anos depois, foi descrito ainda, por Claude de Bronseval como sendo pequeno, com poucos edifícios, ocupando pouco espaço na sua extensão, constituindo pelo seu sistema construtivo uma autoclusura (BRONSEVAL 1970: t. I, pp. 418-430). Nessa visita, citam-se algumas partes do mosteiro como a sala do capítulo, a igreja, a sacristia, localizada junto à entrada da Igreja, e dividida em duas partes- uma delas com chaminé. Todas as monjas tinham os seus quartos particulares, dispostos à volta do pequeno e belo claustro. Cita-se também o *armorium* (armório) e uma sala que teria funções de Enfermaria.

Assim, grande parte do conjunto foi construída após a passagem de Dom Edme de Saulieu. As obras no Claustro certamente se fizeram sentir a nível da igreja, o que se reflecte não só na sua tipologia em relação às suas congéneres, como também no facto de importantes campanhas artísticas, ao nível dos frescos e da pintura, datarem de meados do século XVI, durante o abadessado da madre reformadora da casa, D. Violante de Sousa Chichorro, vinda de Odivelas. Falamos da obra de Diogo de Contreiras, que terá efectuado pelo menos três campanhas de obras no cenóbio, entre 1546 e 1556, depois de uma possível relação, ao nível pictórico, com a comunidade congénere de Almoester (CAETANO 1933: 112-118). Será sobretudo com os abadessados trienais que as intervenções nos edifícios começam a obedecer a planos mais estruturados e a acções de raiz, sob controlo directo exercido pelas Visitas do Abade Geral de Alcobaça aos mosteiros; no caso de Cástris, essa reestruturação pode situar-se antes de 1586, ano em que se iniciou essa prática, expresso precisamente no abadessado de D. Violante de Sousa.

A época manuelina marcou a intervenção estrutural no edifício, intervenção que se prolongaria em todo o século XVII. A grande sala que preenche actualmente toda a ala oriental, e que é paralela à da primitiva sala do capítulo, tal como a enfermaria e a sala paralela à portaria são construções que tiveram o seu início em finais do século XVI já na transição para o seguinte, onde o uso de colunas toscanas frisa bem a época renascentista, e que seriam acrescentos ao edifício inicial.

As intervenções no século XVII compreenderam algumas obras estruturais, ao nível do primeiro e segundo pisos, respectivamente, com uma nova sala do Capítulo e com a construção de dormitórios novos, mas são especialmente intervenções que marcaram presença a nível dos frescos (ESPANCA 1947: 112). As obras deste século provam a actividade no sentido do alargamento e melhoramento das instalações do mosteiro após a criação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça, conhecendo os outros mosteiros fenómeno semelhante, em Cástris, foi apenas uma relação que se acentuou como confirma Artur Nobre de Gusmão:

“Ao período de esforços bem empenhados mas fragmentários, que foi o século XVI, sucedeu a concepção e realização de um plano geral, denso e prolongado, que deixou as suas marcas em

todos os edifícios da família monástica. Em vez de benefícios singulares, limitados aos conventos momentaneamente privilegiados, por qualquer razão fortuita, o século XVII - o século por excelência dos nossos modernos mosteiros cistercienses- assistiu à completa e minuciosa tarefa de revigoração que ainda hoje nos impressiona.(...) Enquanto para o século XVI reverteria o esforço essencialmente construtivo, para o seguinte ficaria o pendor pela decoração nas suas técnicas mais em voga. Nenhuma fundação se veio acrescentar ao património e as obras de vulto para beneficiar as existentes foram escassas” (GUSMÃO 1957: 9-12).

O século XVIII é o século da profusão dos azulejos, sobretudo na nave da igreja, e da talha dourada no retábulo da capela-mor. Na década inicial, é feito o tecto da capela-mor. São lançados os 12 painéis pintados do Coro e executada alguma escultura em madeira. Em 1745, está documentada a feitura de altares novos em talha dourada na igreja, bem como a colocação de azulejos.

Em Maio de 1776, dá-se a partida das religiosas para Odivelas durante cerca de um ano, cumprindo as indicações de excomunhão que surgiram no período pombalino, no sentido da união de Casas da mesma *Regra*. No regresso, e perante o estado do mosteiro, arruinado, desenham-se significativas intervenções: em 1778, surgem-nos obras de rectificação do mosteiro, abrangendo todo o complexo conventual, desde a cerca à igreja, capelania, oficinas diversas e viabilização, em termos de uso, dos espaços litúrgicos (Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXXII/1-13, fl. 52). Destacamos ainda a importância dada à renovação da prata e do estanho. Entre 1782 e 1785, foi colocada a azulejaria hoje subsistente e que reveste toda a igreja, à excepção da capela-mor, constituída por dezanove painéis dedicados à representação hagiográfica de S. Bernardo, não foi representada a morte do Santo, existindo dois, que encimam o transepto, de produção mais recente (século XX). Oriundos da fábrica do Rato, são baseados em gravuras de Gottfried Bernhard Goz ((PAIS e PEREIRA 2000: 225-232). Em simultâneo foram feitas importantes obras a nível da pintura, talha, carpintaria, ourivesaria e paramentaria até final do século. Por esta altura, o mosteiro é apresentado nestes termos:

“ (...) Não he edificio sumptuozo; mas tem toda a commodidade para as Relligiosas que o habitão: huma Igreja aceada, e decente, dois Coros, Sancristia, Capitulo, Refeitório, Botica, Celleiros, e tidas as mais precisas, bem reparadas e proporcionadas à grandeza do mosteiro. Tem hum quadro grande, e desafogado, em que ha setenta e tres cellas, bem reparadas e novamente concertadas (...). (Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 1493, nº1, E. 3-22)

Em 1857, foi relatada a situação do mosteiro, de que apresentamos uma elucidativa frase: “o Edifício é grande e bello, o seu estado material é óptimo, e permite muita duração”, sendo descrito o complexo conventual (Arquivo Nacional Torre do Tombo, IV/1/22(101). Na data contava com um grande pátio quadrilongo, onde existia um hospício, e em que habitavam os Padres Confessor e Capelão (com onze casas altas e quatro baixas), armazém para azeite, cinco casas para criados, grande cavalaria, palheiro, lagariça, chafariz, portaria do mosteiro, celeiro e casa de despejo. No pavimento térreo,

ficavam o Claustro, grande e belo, com uma capela, ao lado direito, a Sacristia e o Coro de baixo. No primeiro piso, notavam-se: o Claustro, casa da grade, Coro de cima; a nascente, grande terraço, e das outras três partes cinquenta e tantas casas onde habitavam as Madres. Teria ainda dois Dormitórios, cozinha, casa do Mirante, Torre com três sinos e várias sinetas. Uma grande cerca, toda murada, composta por grande olival, vinha, terra de semear, pomar; dispunha de capela e pequena casa da madre cerqueira. Junto à cerca, havia ainda uma horta.

É da mesma altura a referência ao lagar de azeite, à grande casa com moinho de quatro pedras, a uma casa igual com duas varas para espremer a azeitona e pequeno armazém de azeite. Referenciam-se ainda as terras à volta do mosteiro, onde existiam três moradas de casas, duas das quais habitadas por servos do mosteiro, e uma cabana de bois, ocupando um espaço certamente pouco diferente do que hoje encontramos, com cerca de 43 hectares.

Em 1808, o edifício foi atacado e pilhado por Loison no contexto das invasões francesas, sofrendo depois um incêndio, e só em 1825 foi reconstruída a galeria oriental do Claustro, intervenção da responsabilidade da então abadessa Mariana Escolástica.

A última religiosa morreu em 1890, dispersando-se o património móvel e imóvel: terras, retábulos, ourivesaria, quadros, livros... Em 1891, o edifício foi ocupado pela Estação Químico-agrícola de Évora, tendo a Igreja servido de celeiro, e na década de 40 do século XX conheceu grande campanha de obras, da responsabilidade do arquitecto Rui Couto, para instalação da Casa Pia masculina, até 2005.

Aguarda hoje que o seu destino não contradiga a sua vocação inicial: a de lugar sereno, onde seja possível desfrutar das linguagens do silêncio, da harmonia das formas e dos materiais, da suavidade das cores, do equilíbrio dos sons e dos aromas da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como poucos, este mosteiro enformou as características da área fundiária que ocupou: desde a sua implantação no alto de S. Bento que da parte da comunidade houve sempre esforços no sentido da influência na área circundante, apelando sobretudo à vinha, que a filoxera destruiria já em época contemporânea.

Marcando estrategicamente caminhos e azinhagas, algumas delas ainda usadas, e cuja importância decresceu em proporção inversa ao crescimento da área habitacional, o mosteiro procurou manter à sua volta, até 1890, uma área dominada por caseiros e servos do mosteiro, com casas à volta do edifício principal. O edifício e as suas dependências dominam uma área superior a 30 hectares, com cercas distintas e zonas de horto associadas a engenhosas redes de captação de água.

Além de importantes estruturas de transformação, como lagares, o mosteiro possibilitou ao longo do tempo uma relação com a envolvente que o tornou parte integrante da história da região. As suas estratégias de ocupação e aproveitamento dos solos e de gestão dos recursos a nível do extenso e variado património que possuía, característicos de uma comunidade eminentemente rural, acabam por o tornar único no panorama monástico-conventual da cidade e da região, tornando-se agente

activo no curso da sua própria história: de facto, períodos de declínio e crise noutras comunidades cistercienses femininas em Portugal significaram reafirmação da parte desta comunidade, de que o final do século XVIII foi exemplo.

O tempo foi marcando a sua presença neste conjunto com mais de setecentos anos de história num hibridismo de vocabulários e influências artísticas que o tornam único. Ao conjunto gótico inicial juntaram-se as campanhas manuelinas e grandes obras estruturais no século XVII, dada a necessidade de expansão do edifício; o século XVIII, que marcaria a saída temporária das religiosas para Odivelas em 1776, acabaria por significar um espantoso investimento sobretudo a nível decorativo. O mosteiro resistiu às invasões napoleónicas, e subsistiu enquanto comunidade monástica até 1890, data da morte da última religiosa, Joana Isabel Baptista.

FONTES

Arquivo Nacional Torre do Tombo, IV/1/22(101).

B.N.P. (Biblioteca Nacional de Portugal), Cód. 1493, nº1, E. 3-22

B.P.E. (Biblioteca Pública de Évora), Cód. CXXXI/2-22, fl. 10, *Visita ao mosteiro de S. Bento de Cástris, 1767*.

B.P.E., Cód. CXXXII/1-14, fl. 23: " (...) despesa em duas redes de arame para a May d'agoa da cerca, novecentos e sessenta réis (...)", isto em Julho de 1781.

B.P.E., Cód. CXXXII/1-15, fl. 61v

B.P.E., Cód. CXXXII/2-49, fl. 183.

B.P.E., Cód. CXXXII/1-13, fl. 52

B.P.E., Livro 20 Fundo S. Bento, Doc. 87, fls. 1v, 2.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1717). *Histoire Générale de la Réforme de l'Ordre de Citeaux*. dedicada ao Arcebispo de Bourges, Monsenhor de la Rochefoucault. Tomo I. Avignon.

BILOU, Francisco (2010). *A Refundação do Aqueduto da água de Prata em Évora (1533-1537)*. Lisboa: Ed. Colibri.

BOULANGER, F. (1629). *Traitez de Closture des Religieuses: Leur enseignant l'obligation que toutes y*

ont; *Pourquoy elles ne peuvent sortir: Qui y entrer; Et avoir accez aux Parlois*. Paris: chez Denys Moreav.

BRONSEVAL, Frère Claude de (1970). *Peregrinatio Hispanica*. Tomo I. Paris: Presses Universitaires de France.

CAETANO, Joaquim Oliveira (1993). A identificação de um pintor. in *Oceanos*, n.º 13.

CONDE, Antónia Fialho (2009). *Cister a Sul do Tejo. O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*. Lisboa: Edições Colibri.

CONDE, Antónia Fialho (2011). Benedictus montes, Bernardus valles amabat, Franciscus vicos, magnas Ignatius urbes: a água e a vida monástica em Évora no período moderno. in *XXIX Ruta Cicloturística del Románico Internacional*. Pontevedra: Fundación Cultural Rutas del Románico, Fevereiro-Junho, pp. 212-215.

Diffinicoens da Ordem de Cistell: e congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça (1593). Lisboa: impressão com Licença da Sancta Inquisição, por António Alvarez, impressor do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom Miguel de Castro Arcebispo de Lisboa.

DE LA TORRE, Juan María (1998). Arquitectura y Antropología Teologal en los primeros cistercienses. In *Actas do II Congresso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*. Vol. III. IX Centenario de la fundación del Cister, Ourense.

DIAS, Pedro Dias (1986). Introdução das primeiras formas góticas. in *História da Arte em Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Ed. Alfa.

ESPANCA, Túlio (1947). Notas sobre pintores em Évora nos séculos XVI e XVII. in *A Cidade de Évora*. n.ºs 13/14.

GUSMÃO, Artur Nobre de (1957). *Os Mosteiros de Cister na Época Moderna*, Porto, s/n, 1957;

JORGE, Virgolino Ferreira Jorge (1999). Mosteiros cistercienses femininos em Portugal. Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas. in *Cistercium*. Zamora: Ediciones Monte Casino, n.º 217, Outubro – Novembro.

KINDER, Terryl N. (1997). *L'Europe Cistercienne*, Paris : Ed. Zodiaque.

MONIZ, Manuel Carvalho (1995). Os subúrbios de Évora nos princípios do século XIX. In *Revista de Guimarães*, vol. 105: 219-250.

PAIS, Alexandre Nobre; PEREIRA, João Castel-Branco (2000). Iconografia de São Bernardo na azulejaria portuguesa do século XVIII. in *Actas do Colóquio Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII, Mosteiro de Alcobaça, 23-27 Novembro de 1994*. Lisboa: Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico.

SILBERT, Albert (1978). *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIIIe.- début du XIXe. Siècles. Contribution à l'histoire agraire comparée*. 2^a ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

THIERS, J.B. (1681). *Traité de la clôture des religieuses, où l'on fait voir, par la tradition et les sentimens de l'Église, que les religieuses ne peuvent sortir de leur clôture, ni les personnes étrangères y entrer, sans nécessité*. Paris: Antoine Dezallier.

VITERBO, Sousa (1899-1923). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*. 3 vols.. Lisboa: Imprensa Nacional.